

Desenvolvimento, desenvolvimentismo e ciclo: a contribuição rangeliana.

Fernando Antonio Faria

Resumo: Ignacio Rangel buscou compreender a universalidade e a especificidade do processo histórico brasileiro, como constituído por quatro estádios sucessivos de dualidades. Em cada uma destas etapas comportava duas formações econômicas dominantes, uma situada no polo interno (agricultura) e a outra no polo externo (comércio, serviços, indústria, governo) da economia. O artigo propõe-se a analisar a visão rangeliana do binômio Estado-desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento, desenvolvimentismo, ciclo econômico, Ignácio Rangel

Introdução

O ciclo desenvolvimentista – desde as suas origens nos anos 1930 - estimulou uma vasta e diversificada produção intelectual no Brasil, que atingiu a sua maturidade ao longo da década de 1950. O projeto econômico que mobilizava os círculos intelectuais e políticos pós 2^a Guerra, colocava a indústria como carro-chefe do processo de crescimento econômico, que por sua vez, promoveria o fim do atraso e do subdesenvolvimento.

Mas, para que isto fosse factível, era necessário que o Estado nacional assumisse a função de planejador, pois havia a convicção de que as forças de mercado, por si só, não dariam conta de imprimir um cunho racional e eficiente à sua ação. O planejamento estatal deveria incumbir-se, não somente da definição dos setores econômicos e dos instrumentos de programação a serem contemplados, bem como da execução do esforço expansivo suprindo de recursos financeiros e investimentos os espaços em que iniciativa privada estivesse fragilizada ou carente.

Ocupando um papel de destaque neste debate está Ignacio Rangel, o pensador econômico mais criativo da segunda metade do século XX brasileiro.

Desenvolvimento Econômico

A sociedade no mais das vezes produz aquém de suas possibilidades. Os limites à produção são o estado da técnica e do instrumental de trabalho, pelo lado externo, e pela procura de bens e serviços, pelo lado interno. Decorre daí, que se não há estímulos sendo gerados no interior da economia para o ato de produzir, entendido como a utilização das forças produtivas disponíveis, estas não se desenvolvem, e a razão disto reside no fato de que os homens não se sentem estimulados, de forma organizada e proveitosa, por em prática a técnica conhecida.

Alimentação, habitação, vestuário, etc., necessidades básicas do ser humano, fazem parte de sua condição de ser vivo, integrado portanto à natureza. Estas necessidades existem independentemente do lugar e da sociedade nos quais o homem viva. O desenvolvimento econômico não altera o atributo dos bens, não obstante a forma pela qual se materializem, de satisfazer necessidades, a ação daquele processo modifica, de forma substantiva, o modo de produzir aqueles bens.

O avanço da divisão social do trabalho incorpora um número crescente de indivíduos que aplicam os seus esforços individuais de forma integrada. O resultado desta ação coletiva é um produto social: pão, casa, casaco, etc. A divisão do trabalho leva ao aumento da produtividade, isto é, a expansão do controle da sociedade sobre a natureza..(1.RANGEL, 1957. p. 24-25).

Além do mais, a divisão do trabalho permite superar o artífice de mil ofícios, que não é capaz de exercer nenhum deles bem, pela introdução da máquina que permite a simplificação do trabalho através da decomposição de atividades complexas em uma sucessão de atos simples e reiterados ao longo da jornada diária.

A divisão social do trabalho, para Rangel é condição para o desenvolvimento econômico, pois é ela que permite a sociedade ampliar o seu domínio sobre a natureza, e dela retirar os meios de satisfação das necessidades humanas. A forma pela qual se organiza o mundo do trabalho revela se estamos diante de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida. A ênfase atribuída a esta questão permite-nos aferir a influência de Adam Smith no pensamento rangeliano.

A existência de condições objetivas no campo da produção para elevação da produtividade via expansão da divisão do trabalho necessita que seja acompanhada de

condições favoráveis no campo da distribuição para viabilizar a indução e aceleração do processo, o que nem sempre acontece.

No campo da distribuição, sucintamente, para que se opere a divisão do trabalho, é necessário que haja acumulação de capital, isto é, meios de transporte, fábricas, etc., que é produto que a sociedade impõe a natureza a prover-lhe. Ocorre que a este produto pode ser dada uma destinação que não seja a criação de capital, no caso em que é consumido improdutivamente ou quando deixado em ociosidade sem ser incorporado ao capital social.

Daí, para que o mecanismo de formação de capital possa dar continuidade a divisão social do trabalho, duas condições terão que ser observadas: a) que parte do que é produzido socialmente não se dirija a atender as necessidades correntes e; b) que a parte poupada (não consumida) seja utilizada na formação de novo capital, isto é, na incorporação de nova técnica.

Quando a economia não é capaz de gerar uma procura compatível com a sua capacidade de produção, ou quando as aplicações produtivas não são realizadas, ou ainda, quando as fábricas e os trabalhadores estão ociosos, ou quando estes últimos estão empregados em construção de pirâmides, nestes casos as condições apontadas anteriormente não são contempladas.(2. Id. Ib. 1957. p.31).

Na classificação utilizada por Rangel a produção divide-se em produtos finais ou de consumo, quando satisfazem diretamente as necessidades do homem e, produtos intermédios que vão ser utilizados na produção dos primeiros. Para Rangel, o processo econômico em sua totalidade reduz-se a um movimento circular . (3. Id. Ib. 1957. p.32)

Porém, somente parte dos bens destina-se ao consumo, isto é, nas palavras de Rangel, à produção de mão de obra, porque, a rigor, uma parcela é constituída por matérias primas, combustíveis e equipamentos que são empregados no processo de produção. Da mesma forma, podemos dizer que somente parte da mão de obra é alocada na produção de bens, haja visto que parcela significativa da mesma é utilizada na produção da própria mão de obra, o trabalho de professores e médicos pode ser dado como exemplo. O consumo e a produção intermédios tanto quanto os recursos que lhes são destinados são condições para a promoção da produtividade social. (4. Id. Ib. 1957. pp. 33-34)

O capitalista que investe os seus recursos em obras que aumentam a capacidade instalada e a produtividade social é movido por razões próprias ou induzido pelo Estado. As condições dominantes que inspiram o capitalista privado a aumentar as suas inversões são fortemente influenciadas pelo contexto internacional.

No caso brasileiro, cuja economia é complementar de outras, há uma alternância entre períodos de aumento de exportações, o que caracteriza um certo tipo de desenvolvimento, com períodos de queda das mesmas. Em conformidade à conjuntura externa, o ajustamento da economia brasileira, segundo Rangel, será feito através da orientação do esforço produtivo ora para o aumento das exportações, ora para a substituição de importações.

A economia brasileira é formada, dada a sua heterogeneidade, por três *strata* institucionais que correspondem a três estruturas superpostas, isto é, a três formações heteronômicas, cada uma delas reguladas por leis específicas. Idade Moderna e Idade Média, convivem e são condicionadas entre si na visão rangeliana do Brasil. A dinâmica das três formações que se superpõem combina-as duas a duas. “1° - *Uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor (...)*; 2° - *Uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, responde no fundamental às características do capitalismo europeu do século XIX*; 3° *Uma economia capitalista de monopólio, nisso semelhante à do moderno capitalismo dos países mais avançados, mas que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública, que domina no campo do comércio exterior, isto é, onde nossa economia entra em contato com a economia mundial, e nos ramos da produção interna mais diretamente dependentes desse comércio*” (5. Id. Ib. 1957. p. 37).

O desenvolvimento econômico é consequência da interação dos três *strata*; ou seja; da ação exercida pela economia de mercado sobre a economia natural, a ação da primeira sobre a segunda ocorre de forma reativa ao impulso gerado pela economia capitalista de monopólio. Na experiência histórica brasileira esta é a via trilhada pelo desenvolvimento, o que não significa que alhures possa ter ocorrido de maneira distinta. (6. Id. Ib. 1957. pp. 37-38).

Pobreza e produção natural caminham de mãos dadas. A satisfação das múltiplas necessidades humanas quando realizada diretamente pela aplicação do trabalho próprio

resulta em baixa produtividade, isto porque; o produtor direto é forçado a desempenhar “mil ofícios”, não operando nenhum de forma rápida e bem feita.

Acrescente-se que ao aplicar-se a gama tão extensa de atividades, o trabalhador não tem a oportunidade de esmerar seu processo de trabalho. Por outro lado, a utilização de máquinas só é compatível com a especialização do trabalho que, por sua vez, pressupõe a superação da produção individual pela produção social.

O conceito de complexo rural elaborado por Rangel é uma contribuição inovadora à compreensão do “*complexo de mil atividades*” exercidas pelo camponês de país subdesenvolvido. No mais das vezes, tal complexo aparece nos tratados de economia sob a rubrica de agricultura.

A importância do complexo rural, tanto no campo, quanto na forma residual de serviços domésticos na cidade, está no fato de que o mesmo absorve parcela majoritária da força de trabalho de uma economia subdesenvolvida. Parte significativa das atividades aí realizadas destinam-se à produção extra-mercantil voltada ao atendimento das necessidades do consumo direto. (7. Id. Ib. 1957. pp. 56-57).

Toda vez que uma atividade é subtraída do complexo rural, o modo de produção desta atividade transforma-se, o complexo rural torna-se mais simples e o camponês terá a seu cargo a partir deste momento, não mil, mas 999 ofícios a aplicar-se. Dos ofícios remanescentes, certamente o mais importante é o cultivo da terra, isto é, a agricultura no sentido técnico da palavra.

De sucessivas subtrações ou irradiações chega-se a um momento em que a agricultura constitui-se em atividade dominante, com nível de especialização análogo ao da indústria. Para Rangel o aumento da produtividade da mão de obra, tanto a que permanece, quanto aquela que é expelida do complexo rural, depende da dissolução deste último.

Crise e Ciclo na Economia Dual

A combinação em duplas dos elementos (lado interno; lado externo) integrantes dos pólos (interno; externo) formam a dualidade brasileira. Estes elementos são os modos fundamentais de produção do materialismo histórico – comunidade primitiva; escravismo; feudalismo; capitalismo e socialismo.

Neste painel está contida por inteiro a história da humanidade, até mesmo o porvir, e pela interpretação rangeliana os caminhos a serem percorridos pelo homem entre o ponto de partida – comunidade primitiva; e o ponto de chegada – socialismo; eram múltiplos, e efetivamente assim se apresentaram.

O estudo dos cinco modos de produção, para Rangel não seria suficiente para dar conta da história da dualidade brasileira, sendo necessário considerar os estágios de desenvolvimento de cada modo de produção bem como as formas de transição que revestiu a passagem de um modo de produção a outro. (8.Rangel 1981. p.11).

Tendo o Brasil surgido sob a tutela do capitalismo comercial (primeiro estágio do capitalismo), o mesmo permaneceu, segundo a visão rangeliana, externo a nossa formação social, que mais a frente romperia com o capitalismo mercantil europeu, em resposta a estímulos oriundos do próprio centro dinâmico, direcionando-se para o capitalismo industrial inglês. Esta atração em gravitar em torno do centro mais avançado e dinâmico do mundo parece ser uma situação recorrente em nossa formação econômico-social. Em outras palavras; desde cedo a sociedade brasileira exerceu a sua autonomia de opção por qual economia estrangeira se integraria como periferia.

A formação dual brasileira ao defrontar-se com a expansão de suas forças produtivas reage, como as demais formações sociais, mudando o seu modo de produção para outro que lhe seja superior. Porém, no caso brasileiro esta passagem se faz de forma própria, pois é regulada por leis específicas (9. Id. Ib. 1981. p.12), quais sejam:

1ª lei – Quando as forças produtivas em expansão conflitam com as relações de produção vigentes, que estão presentes na dualidade básica, a mesma se transforma. Esta transformação ficará restrita a um de seus pólos, permanecendo o outro preservado e, tanto o pólo transformado quanto o pólo preservado formarão a nova dualidade, adequada ao estágio de desenvolvimento superior.

2ª lei – O pólo interno e o pólo externo revezam-se na mudança.

3ª lei – A mudança do pólo ocorre, quando o modo de produção do seu lado externo passa a ser o modo de produção do lado interno.

4ª lei – Ocorre, como resultado, da mesma forma, a mudança do lado externo do pólo, o qual incorporará as instituições típicas de um modo de produção superior. Um e outro lados do pólo em mudança formarão nova unidade contraditória, pois dialética.

5ª lei – As mudanças da dualidade brasileira, por esta ser uma formação econômico-social periférica, têm no centro dinâmico da qual é satélite, o seu núcleo irradiador. Assim as mudanças nos padrões comportamentais da economia central provocam alterações significativas na economia brasileira, e em especial nos termos de intercâmbio e *quantum* do nosso comércio.

O mundo capitalista produziu uma extensa periferia em torno do seu centro dinâmico. É deste último que partem os fluxos e refluxos que norteiam o comércio internacional. Este movimento, denominado por ciclo de Kondratieff, em homenagem ao economista russo que se dedicou à sua análise, alterna com regularidade estímulos a restrições, que se apresentam na forma de “ciclo longo” ou “onda longa”. A duração média de cada ciclo é de 50 anos, subdivididos em dois quartéis correspondentes a “fase a” ou ascendente e a “fase b” ou descendente.

Estas ondas longas são provocadas pela introdução de inovações tecnológicas, ainda em definição, no lugar de técnicas assimiladas anteriormente pela experiência e produto de um nível de conhecimento científico superado. A tensão estabelecida entre a tecnologia corrente e a novíssima tecnologia cria um conflito, que será potencial enquanto as novas instalações, ou aquelas em via de implantação, limitarem-se à demanda insatisfeita do mercado ou ao deslocamento da produção da concorrência, caso a última utilize tecnologia arcaica.

Mas, quando atingido o limite da demanda efetiva, o conflito de potencial passa a ser real, pois são freqüentes as situações em que a novíssima tecnologia apresenta custos proibitivos, para isto contribuindo o valor das instalações que utilizam a tecnologia nova, ou em vias de superação pela novíssima, ainda não ter sido amortizado. É a condenação ao sucateamento de instalações que fisicamente encontram-se aptas para produzir e que ainda não foram totalmente depreciadas.

Com a superação deste equilíbrio conflituoso, entre a novíssima e a nova/corrente tecnologia, deflagra-se uma corrida de investimentos voltados para a novíssima tecnologia que resultará na nova “fase a” do ciclo de Kondratieff. Nos países periféricos, esta crise de formação de capital nas economias de capitalismo avançado se faz sentir na queda da demanda de suas exportações e, por via de consequência, na queda da capacidade de importar.

A demanda insatisfeita, resultante das restrições apontadas, cria condições propícias ao investimento na periferia capitalista, livre das injunções que amarram temporariamente o centro dinâmico. Este momento corresponde a “fase b”, ou fase descendente, dos ciclos longos, que nos países subdesenvolvidos, por um lado; possibilita e estimula a substituição de importações; por outro, coloca em cheque as instituições nacionais constituídas no período de expansão do comércio exterior, levando forçosamente a um processo de mudança institucional.(10. Id. Ib. 1981. p.13).

Os demais ciclos, o de Juglar e de Kitchin, não desempenham papel tão relevante quanto o de Kondratieff para a teoria da dualidade básica de Rangel, por duas razões. A primeira diz respeito ao fato que os dois primeiros ciclos, com frequência não atingem a totalidade do mundo desenvolvido, ou seja, aquele constituído pelas sociedades habilitadas a sintetizar nova tecnologia. A segunda refere-se a própria duração dos mesmos: o de Juglar, dos dois o mais longo, dura de 8 a 11 anos, período insuficiente para ajustar a economia nacional à conjuntura, através da realização de mudanças institucionais e de outras ordens.

Considerações Finais

A originalidade e independência do pensamento rangeliano permitiram que seu autor assumisse posições corajosas e inovadoras no debate sobre o projeto nacional para o Brasil nas décadas de 1950 e 60 e contribuíssem de forma significativa para a fundação do campo teórico da economia política brasileira.

A idéia de crise ocupa um papel relevante no esquema analítico de Rangel e pode ser caracterizada em dois tipos que interagem. Um tipo de crise diz respeito a fase recessiva de um ciclo econômico, ou seja, a noção de crise está ligada a noção de flutuação econômica, que ocorre com dada regularidade, o que permite a sua previsibilidade.

Rangel analisa as crises brasileiras através de duas flutuações que considera fundamentais: o ciclo longo (Kondratieff), com uma regularidade aproximada de 50 a 53 anos, e que origina-se no centro dinâmico da economia mundial, cuja chave são as revoluções técnico-científicas. O outro movimento é o ciclo médio ou endógeno (Juglar), com regularidade em torno de 10 a 11 anos na experiência brasileira, típico de

uma economia capitalista industrial, presente em nossa economia de 1920 em diante, alternando recessão no 1º e expansão no 2º quinquênio de cada década. Cada ciclo longo Rangel associa a uma dualidade básica.

O outro tipo de crise é caracterizado pela denúncia do pacto fundamental de poder.

A sociedade brasileira apresenta a peculiaridade de ter o seu desenvolvimento assentado, segundo Rangel, em contradições não antagônicas, que são superadas através da transformação das classes em embate. Portanto, tanto as classes dominantes quanto as dominadas ou oprimidas transformam-se na crise do poder dual. A transformação e não o esmagamento de uma classe por outra é o aspecto mais relevante do processo político brasileiro.

A Teoria da Dualidade Básica da economia brasileira - viga mestra do sistema de pensamento de Ignácio Rangel -, desde a sua concepção original na década de 1930, passou por sucessivas retomadas que permitiram a sua apuração e refinamento simultaneamente à incorporação das questões cruciais que emergiram nas discussões correntes travadas sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro

O processo econômico é articulado à dinâmica das classes, compondo um modelo histórico que, partindo das determinações econômicas mais gerais, integra os aspectos políticos e jurídicos à análise. A cada momento busca apreender o conteúdo econômico das instituições, bem como o papel desempenhado pelo aparato institucional nas questões econômicas. A idéia de dualidade é o caminho original e independente trilhado por Rangel para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil, e serve de Fio de Ariadne dos textos que escreveu ao longo de meio século.

Bibliografia

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. 113 p. (Textos brasileiros de economia; v. 2)

Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro. Salvador: Aguiar & Souza Ltda – Livraria Progresso Editora. Edição conjunta com a Universidade da Bahia, 1957. 128 p. (Coleção saber).

_____. *A inflação brasileira*. 3ª ed.. Prefácio de Luiz Carlos Bresser Pereira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978. 151 p.

_____. “Dualidade e escravismo colonial”. Rio de Janeiro: *Encontros com a Civilização Brasileira*. 1(3):79-92, set. de 1978.

_____. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 140 p. [A Introdução é reedição de *Recursos ociosos na economia nacional* (1960), os capítulos I a V são reedições de *Apontamentos para o 2º programa de metas* (1961), o capítulo VI é inédito].

_____. “História da dualidade brasileira”. São Paulo: *Revista de Economia Política*. 1(4):5-34, out./dez. de 1981.

_____. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira (Coleção retratos do Brasil, v. 158). 172 p. (Prefácio do autor datado de julho de 1980).